

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 - 856-2122 (PABX) - CEP 02598
São Paulo - SP - Caixa Postal 8005 - CEP 01051 SP - E. Telefônico ESTADO
Telex 011.23511 - Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Perdendo a corrida

O ano de 1991 termina com o Brasil ainda muito distante de seu sonho de ingressar no Primeiro Mundo. Embora alguns progressos tenham sido feitos, tanto no que se refere ao combate à inflação e à estabilidade econômica quanto aos planos de modernização, continuamos a perder a corrida até mesmo para nossos vizinhos da América Latina. Aumenta a distância que nos separa do México, Chile, Venezuela e Argentina, que já começam a colher os frutos de sua decisão de colocar a casa em ordem, reformar o Estado e abrir suas economias.

Em artigo publicado dias atrás no **Estado de São Paulo**, o deputado Roberto Campos faz um inventário do atraso que o Brasil vem acumulando em relação a seus vizinhos e que o transformaram no gigante doente da América Latina. De seu levantamento comparativo pode-se tirar uma agenda dos muitos compromissos que nos resta cumprir para que nos alinhemos com nossos vizinhos — já em sintonia com o mundo moderno — superemos a crise e iniciemos novo surto de desenvolvimento.

Enquanto ainda engatinhamos no processo de privatização, como lembra Campos, o México já privatizou 80% de suas empresas e a Argentina prepara-se para se livrar de todas as suas estatais até o fim de 92. No controle da inflação, o Brasil surge como o "mais atrasado na criação de uma cultura antiinflacionária". No comércio internacional, apesar de algumas medidas positivas tomadas pelo governo, ainda somos os campeões do protecionismo. Nesse setor, nossa tarifa máxima foi de 85% e a média, de 25%, no ano passado, reduzida a partir de ontem para 65% e 20% respectivamente. No restante do continente esses números já são respectivamente 20% e 10%.

No que se refere à abertura aos capitais externos, nossa situação é ainda pior. No momento em que se assiste no mundo inteiro a uma feroz disputa por esses capitais, insistimos em nos dar o luxo de impor restrições a eles em setores como informática, minérios e telecomunicações. Sem falar no tratamento discriminatório, com relação aos capitais nacionais, que lhes dá a própria Constituição. Outro ponto de importância capital é a necessidade de desfazer a complicada e opressiva teia de regulamentos imposta pelo Estado à atividade econômica durante décadas. Alguma coisa foi feita neste caso, mas ainda continuamos distantes de nossos vizinhos em pontos como desregulamentações e reformas dos portos, livre negociação salarial, unificação de taxas e liberação dos mercados de câmbio.

Em linhas gerais, aí está o muito que nos resta a fazer para nos colocarmos modestamente no mesmo ritmo de nossos vizinhos. Apesar das intenções e dos planos modernizadores do presidente Fernando Collor e até mesmo de uma certa mudança

na postura dos parlamentares em relação às reformas, atestada por recente pesquisa realizada no Congresso, continuam a prevalecer entre nós os interesses grupais, regionais e corporativos, típicos do Brasil velho. Aí está como prova a impossibilidade de levar avante a reforma administrativa, pela resistência do Congresso em acabar com a estabilidade dos funcionários públicos e com o perverso mecanismo da isonomia, tal como se acham regulados na atual Constituição.

O mesmo se pode dizer do bloqueio a qualquer tentativa de impedir os Estados e municípios de gastar além de suas possibilidades e aumentar o déficit público. Nos dois casos, são os vícios seculares do clientelismo e do fisiologismo, cultivados pela classe política, que impediram até agora qualquer avanço. Muitos outros exemplos poderiam ser citados, como a reforma dos portos e o reconhecimento de patentes na indústria farmacêutica, que marcam passo no Congresso quase um ano depois do envio do projeto do governo, e a reforma da Previdência — já à beira do colapso total —, sobre a qual existem apenas, até agora, algumas idéias gerais.

O que houve de realmente positivo em 91, que permite alimentar esperanças com relação ao futuro, aconteceu do lado da sociedade e não do governo e da classe política. As negociações que se processam atualmente em São Paulo entre trabalhadores e empresários da indústria automobilística e, num quadro mais amplo, entre as principais centrais sindicais e entidades patronais mostram que a sociedade começa a cuidar, ela própria, de seus problemas. Para isso tem contribuído decisivamente a mudança de atitude de líderes sindicais como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, que, colocado diante da recessão e do desemprego provocado pela crise, tem sabido compreender que a superação das atuais dificuldades passa primeiro pela garantia de emprego, o aumento da competitividade, a redução de impostos e maior produção, e não por ganhos salariais que as empresas não têm condições de suportar e que rapidamente seriam engolidos pela inflação.

A esperança de que poderemos cumprir a pesada agenda que nos espera em 92 vai depender dos resultados desse entendimento entre empresários e trabalhadores, da fidelidade do presidente Fernando Collor às idéias liberais e modernizadoras de seu discurso de posse e da confirmação da menor resistência dos parlamentares às reformas, que não podem existir sem a sua aprovação. De qualquer forma, como afirmou um líder empresarial, se trabalhadores e empresários conseguirem formular uma proposta conjunta para enfrentar a crise, o Congresso não terá como resistir a ela.